



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE  
ADRIANA MOURA GUIMARÃES

**DIFERENÇAS SALARIAIS POR ORIGEM FAMILIAR (E COR):  
uma análise para egressos do ensino superior da UFG.**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Adriana Moura Guimarães

#### 3. Título do trabalho

Diferenças salariais por origem familiar (e cor): uma análise para egressos do ensino superior da UFG

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO\*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Monsueto, Professor do Magistério Superior**, em 05/04/2021, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

06/04/2021

SEI/UFMG - 1983344 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MOURA GUIMARÃES**, Discente, em 06/04/2021, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1983344** e o código CRC **DEED1C2D**.

Referência: Processo nº 23070.008060/2021-85

SEI nº 1983344

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA  
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ECONOMIA

ADRIANA MOURA GUIMARÃES

**DIFERENÇAS SALARIAIS POR ORIGEM FAMILIAR (E COR):  
uma análise para egressos do ensino superior da UFG.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do título de mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guimarães, Adriana Moura  
DIFERENÇAS SALARIAIS POR ORIGEM FAMILIAR (E COR):  
uma análise para egressos do ensino superior da UFG. [manuscrito]  
/ Adriana Moura Guimarães. - 2021.  
XLVIII, 48 f.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências  
Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Economia, Cidade  
de Goiás, 2021.

Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Origem socioeconômica. . 2. Diferencial de rendimentos segundo  
cor. . 3. Ensino Superior.. I. Monsueto, Sandro Eduardo, orient. II.  
Título.

CDU 33



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 8 da sessão de Defesa de Dissertação de Adriana Moura Guimarães, que confere o título de Mestra em Economia, na área de concentração em Economia Aplicada.

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, a partir das 10 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Diferenças salariais por origem familiar (e cor): uma análise para egressos do ensino superior". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Sandro Eduardo Monsueto (PPGECON/UFMG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Larissa Barbosa Cardoso (PPGECON/UFMG), membro titular interno e Professor Doutor Carlos Antônio Costa Ribeiro Filho (IESP/UERJ), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Sandro Eduardo Monsueto, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Diferenças salariais por origem familiar (e cor): uma análise para egressos do ensino superior da UFG



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Monsueto, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2021, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Barbosa Cardoso, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2021, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleyzer Adrian Da Cunha, Vice-Coordenador de Pós-graduação**, em 31/03/2021, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1873360** e o código CRC **A6D7321C**.

Referência: Processo nº 23070.008060/2021-85

SEI nº 1873360

Dedico ao meu pai, que estava certo.

## AGRADECIMENTOS

Por praticidade, agradeço apenas aqueles que trabalharam diretamente neste trabalho.

Ao meu amigo e orientador Sandro Monsueto, que comprou a ideia, leu e releu dezenas de vezes e ainda aguentou meus surtos.

As professoras da banca de qualificação Larissa Cardoso e Priscila Casari, pela leitura atenta e preciosas sugestões.

A Alana Pessoni, Matheus Dutra e Vinícius Canto pelo trabalho de revisão de formato, escrita e “termos”.

Aos professores da banca Carlos Ribeiro e Larissa Cardoso pela disponibilidade.

Ao corpo de professores e técnicos do PPGECON por tornarem possível a realização deste trabalho.

Ao CEIA/UFG pelos dados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio à pesquisa e à ciência no Brasil.

## Sumário

RESUMO .....	10
ABSTRACT .....	11
1 INTRODUÇÃO .....	15
2 REVISÃO DA LITERATURA .....	18
3 METODOLOGIA .....	26
3.1 Bases de dados .....	26
3.2 Estratégia econométrica .....	28
4 RESULTADOS .....	31
4.1 Análise descritiva .....	31
4.2 Resultados econométricos .....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	46

## RESUMO

Este trabalho avalia o impacto da origem familiar sobre rendimentos e sobre a diferenciação salarial por raça. Como *proxy* para origem familiar é empregue uma binária a respeito da dependência administrativa da escola onde os indivíduos analisados realizaram o Ensino Médio. Nesse contexto, egressos de escolas públicas são identificados como nascidos em famílias com situações desfavoráveis em relação aos demais. A amostra compreende egressos de 10 cursos da Universidade Federal de Goiás formados entre 2010 e 2017 e empregados no mercado de trabalho formal. Os resultados mostram que mesmo controlando fatores como curso, IES e tempo de contrato, ex-alunos de escolas públicas ainda atingem salários-hora menores que sua contraparte. Em relação à questão da cor, analisada via decomposição de Oaxaca, é visto que a origem socioeconômica é parte significativa das diferenças salariais explicadas entre Negros e Não-Negros.

Palavras-Chave: Origem socioeconômica. Diferencial de rendimentos segundo cor. Ensino Superior.

**ABSTRACT**

This work assesses the impact of family origin on income and wage differentiation by race. As a proxy for family origin, a dummy is used regarding the administrative dependency of the school where the analyzed individuals attended high school. In this context, ex-students from public schools are identified as born in families with unpleasant situations in relation to the others. The sample comprises 10 courses' graduates from the Federal University of Goiás graduated between 2010 and 2017 and employed in the formal job market. The results show that even controlling factors such as course, institution and contract length, public schools' students still reach hourly-wages lower than their counterpart. Regarding the issue of color, analyzed here via Oaxaca's decomposition, it is seen that socioeconomic origin is a part significant of the wage differences explained between Blacks and Non-Blacks people.

Keywords: Socioeconomic origin. Racial's income differential. Superior Education.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
FANUT	Faculdade de Nutrição
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição Superior de Ensino
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IME	Instituto de Matemática e Estatística
INF	Instituto de Informática
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
obs.	Observações
PDET	Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPGECON	Programa de Pós-Graduação em Economia
p	P-valor
Prob	Probabilidade
PROCON	Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor
Prograd	Pró-reitora de Graduação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
sh	Salário-hora
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UA	Unidades Acadêmicas
UCM	Universidad Complutense de Madrid
UFG	Universidade Federal de Goiás
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Variáveis do modelo de probabilidade de emprego formal.....	28
Quadro 2– Variáveis das regressões de salário e da decomposição de Oaxaca.....	29

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos egressos por cursos e dependência administrativa do EM. ....	27
Tabela 2 – Distribuição dos egressos por emprego e dependência da escola. ....	27
Tabela 3 – Distribuição dos egressos por dependência administrativa do Ensino Médio segundo grupos de cor. ....	31
Tabela 4– Distribuição dos egressos entre dependência administrativa do Ensino Médio, entre empregados e salário-hora segundo grupos de cor .....	32
Tabela 5– Distribuição dos egressos entre dependência administrativa do Ensino Médio segundo Unidade Acadêmica .....	32
Tabela 6– Distribuição dos egressos entre setores econômicos da empresa contratante segundo dependência administrativa do Ensino Médio .....	33
Tabela 7– Distribuição dos egressos por dependência administrativa do Ensino Médio segundo setor de atividade e salário médio. ....	33
Tabela 8 – Modelo de probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal. ....	35
Tabela 9 – Determinantes do Salário-hora .....	37
Tabela 10 – Decomposição de Oaxaca por cor.....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a teoria econômica, os rendimentos esperados e a riqueza que será acumulada ao longo da vida de um indivíduo dependem uma série de atribuições, tais como escolaridade, ocupação, gênero, preferência pelo lazer, etc. Além desses fatores, o sucesso financeiro costuma estar diretamente ligado à renda e à riqueza dos pais. Desta forma, podem surgir discrepâncias salariais entre indivíduos de origens familiares e socioeconômicas distintas. A literatura dispõe de duas abordagens gerais para avaliar esse problema: Transferência Intergeracional de Renda e Desigualdades de Oportunidades (BECKER e TOMES, 1979; ROEMER, 1996).

A justificativa para o fenômeno em questão se relaciona com os conceitos de capitais humano, social e cultural que, em conjunto, compõem o estoque de conhecimento e redes de contato de um indivíduo. Em geral, os estoques desses componentes costumam ser mais elevados entre famílias com maiores rendimentos e, conseqüentemente, com maiores possibilidades de oferecerem a seus filhos habilidades diferenciais favoráveis para o mercado de trabalho. Como exemplo disso é possível mencionar a capacidade de falar um idioma estrangeiro, mais acessível a membros de famílias abastadas (OLIVEIRA, 2011; BECKER e TOMES, 1979; BOURDIEU, 2008 apud OLIVEIRA, 2011).

Contudo, existe uma dificuldade da literatura empírica em encontrar *proxies* que capturem o efeito da origem social sobre a remuneração e diferenciais de salário. Isso posto, este trabalho pretende analisar justamente a forma em que a origem socioeconômica afeta as carreiras profissionais de indivíduos com níveis de escolaridade e formação de ensino superior similares. Mais especificamente, se ambiciona analisar dois aspectos: se a origem socioeconômica tem efeito sobre a remuneração do indivíduo e se ela pode ser entendida como parte da diferença salarial entre grupos de cor. Seguindo o raciocínio até aqui construído, a primeira hipótese a ser testada é a de que indivíduos vindos de famílias mais abastadas se deparam com melhores oportunidades ocupacionais e, dessa forma, tendem a atuar em postos de trabalho com melhores salários.

Uma vez que essa suposição seja confirmada, é possível avançar para o segundo objetivo deste estudo. Considerando que a população negra brasileira possui renda média menor e apresenta maior probabilidade de estar abaixo da linha da pobreza em relação aos seus pares (OSÓRIO, 2019), é esperado que famílias dessa cor apresentem condições socioeconômicas inferiores às demais. Portanto, sendo constatada a diferença social

proveniente da origem, testa-se a hipótese de que parte da desigualdade de rendimentos entre negros e não-negros seja fruto do *background* familiar.

Para tanto, são utilizados dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) combinado aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). E, a partir disso, será avaliado se o tipo de Ensino Médio cursado, se público ou privado, apresenta impacto sobre remuneração a salarial do indivíduo.

A estratégia selecionada se aproxima à de Ribeiro, Komatsu e Menezes Filho (2020) que comparam os rendimentos de pessoas formadas em diferentes dependências administrativas de ensino superior e médio. Porém, este trabalho se diferencia por focar em pessoas já graduadas no Ensino Superior e por controlar pelo curso realizado, além utilizar a informação sobre a rede ensino como *proxy* para renda dos pais.

A relação entre a renda familiar e a dependência administrativa da escola em que o aluno cursou o Ensino Médio pode ser melhor entendida quando analisados os custos de uma educação privada. Por exemplo, segundo levantamento da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON-GO), em 2020 os colégios goianienses apresentariam mensalidades variando entre R\$ 590,00 e R\$ 2.500,00 (BESSA *et al.*, 2019). Além disso, a maior parte desses valores seriam superiores a R\$ 1.045,00, correspondente ao salário mínimo vigente. Consequentemente, é de se esperar que a educação privada seja inacessível para a maioria das famílias situadas em estratificações inferiores de renda, mesmo considerando a amplitude de rendimentos familiares que pode existir em ambas as redes de ensino, como apresentado por Soares e Andrade (2006).

Em suma, embora a literatura explorada nos capítulos subsequentes aponte que o acesso à educação pelas camadas mais pobres seja condição necessária para a redução de desigualdades, este trabalho pode contribuir para avaliar se tal requisito é suficiente. Assim, os resultados obtidos podem ser úteis para focalizar melhor políticas, no sentido de reduzir o impacto de fatores de origem nos rendimentos individuais e, portanto, equalizar oportunidades. Seria possível indicar, por exemplo, se a universidade pública tem contribuído com este propósito, selecionando estudantes de origens sociais distintas e os devolvendo ao mercado de trabalho de forma homogênea, com o mesmo estoque de capital humano e acelerando a convergência de renda entre gerações.

Os modelos estimados neste trabalho confirmam a hipótese de menores retornos salariais para aqueles que fizeram o ensino médio em uma instituição pública, mesmo quando controlados os cursos realizados. Isso implica que os efeitos da riqueza familiar persistem sobre o sucesso individual ainda que o indivíduo tenha recebido altos níveis de educação formal. A decomposição de Oaxaca (1973) estimada confirma que pessoas negras possuem maiores estoques de educação pública e, portanto, são mais frequentemente nascidas em famílias mais pobres. Todavia, não são encontrados efeitos da discriminação entre negros e não-negros para amostra avaliada, resultado atípico para a literatura brasileira.

Além dessa introdução, esta dissertação conta com mais quatro seções. A seção seguinte apresenta parte da literatura sobre mobilidade, discriminação salarial e igualdade de oportunidades, com foco em análises brasileiras. A metodologia utilizada para cumprir com os objetivos propostos é tema da terceira seção. A quarta seção exhibe os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais dos autores.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Estudos nacionais a respeito de *background* familiar e origem socioeconômica documentam que as desigualdades sociais atuam desde a Educação Básica. Nesse sentido, podem ser mencionados trabalhos como Soares e Andrade (2006); Soares (2005); Jacob (2012); Curi e Menezes Filho (2013); e Souza, Oliveira e Anegues (2018), que tentam separar quanto do desempenho dos alunos pode ser atribuído à escola e quanto dele se deve a seus níveis socioeconômicos prévios. Mesmo considerando as especificidades metodológicas e amostrais, parece existir dois pontos de convergência na literatura. De um lado, as evidências mostram um impacto relevante da família no desempenho cognitivo de crianças e adolescentes. E, de outro, indicam que, embora o papel da escola não seja nulo, excetuando as instituições de “ponta”, ela não parece capaz de sozinha inverter a realidade social e familiar em que aquele jovem se insere.

No campo do Ensino Superior, os trabalhos sobre origem social evidenciam que o efeito do *background* familiar persiste ao longo da vida acadêmica e exerce influência desde o processo de seleção. Emilio, Belluzo e Alves (2004), por exemplo, apontam como principais determinantes do sucesso no vestibular da Universidade de São Paulo (USP) o tipo de escola cursada no Ensino Médio e a escolaridade dos pais. Reforçando o papel da família, Guimarães e Sampaio (2013) mostram uma relação positiva entre a renda familiar e nota de ingresso na universidade. Sampaio *et al.* (2011) evidenciam que jovens de famílias com melhor *background* familiar podem transitar com mais facilidade para carreiras nas quais tenham maior aptidão e, conseqüentemente, maiores expectativas de ganhos salariais.

Para além da Educação Básica e Superior, outros conjuntos de habilidades, como falar mais de um idioma e experiências advindas da realização de viagens, bem como o acesso à arte “erudita”, são mais frequentes entre membros de famílias com maior renda (Sampaio *et al.*, 2011; OLIVEIRA, 2011; GUIMARÃES e SAMPAIO, 2013). Tais características, denominadas como capital cultural por Bourdieu (2008 apud OLIVEIRA, 2011) oferecem vantagens para a inserção no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2011; JACOB, 2019). Os resultados de Oliveira (2011), por exemplo, parecem validar tal afirmação ao investigar as percepções e expectativas de alunos do curso de Administração sobre o mercado de trabalho. Por meio de entrevistas a autora descobre que, para os estudantes, apenas as graduações não os tornam profissionais competitivos, sendo necessário que adquiram outras qualificações e habilidades, em especial o aprendizado de outros idiomas. A partir desse resultado, os jovens interessados em ingressar no mercado de trabalho privado são divididos em dois grupos que

se diferem socioeconomicamente: os engajados e os preocupados. Enquanto o primeiro grupo conta com mais estabilidade econômica e possui maior capital cultural e social, o segundo carece de qualificações extracurriculares exigidas pelas empresas e ainda precisa, por vezes, trabalhar paralelamente à graduação.

Até agora, os textos apresentados mostram como o nível socioeconômico influencia desde o desempenho cognitivo de um indivíduo na Educação Básica até a sua escolha por uma profissão. É visto que pais mais ricos podem arcar com os custos de uma Educação Básica mais cara e complementar. Assim, seus filhos possuem maiores chances de serem aprovados em cursos superiores em que têm maior vocação e/ou expectativas de ganhos. Também são encontrados indícios de que as origens sociais do indivíduo são transmitidas para o mercado de trabalho após a formação acadêmica. Contudo, geralmente bases de dados disponíveis não reúnem ao mesmo tempo informações familiares e de rendimento, limitando as análises sobre o efeito dessa origem no mercado de trabalho.

Do ponto de vista da teoria econômica, dois grupos de visões podem ser usados de forma complementar para explicar o papel da origem social sobre o comportamento e os resultados dos indivíduos no mercado de trabalho. O primeiro tem por base os trabalhos de Becker e Tomes (1979, 1986), que apresentam um modelo de transferência intergeracional de salários que admite uma correlação entre os rendimentos de pais e filhos. Nesta abordagem a mobilidade salarial é medida pelo inverso da elasticidade entre a renda intergerações familiares e, portanto, será menor quanto maior a persistência ou transferência hereditária. Na segunda abordagem, os modelos propostos por autores como Roemer (1996, 1998) e Van de Gaer, Schokkaert e Maartinez (2001) explicitam a existência de desigualdade de oportunidades entre os indivíduos de diferentes classes sociais e características demográficas.

Os estudos empíricos sobre transferência intergeracional de salários por meio da aplicação das teorias econômicas clássicas se iniciam com o trabalho de Becker e Tomes (1979), apesar de já terem sido anteriormente abordados por sociólogos e por economistas como Marx e Schumpeter. Conforme explicado por Solon (1999), o trabalho do final dos anos 1970 desenvolve um modelo teórico que decompõe a renda dos filhos em três partes. A primeira é diretamente correlacionada com os investimentos realizados por seus pais na capacidade de eles adquirirem renda, ou seja, capital humano, e é um importante componente da transferência intergeracional. Além disso, os salários de pais e filhos também se correlacionam via “dotações herdáveis”, um conjunto de fatores que inclui genética, cultura familiar, rede de contatos, nutrição, dentre outros aspectos que podem atravessar gerações.

Finalmente, um componente de “sorte de mercado”, não correlacionado com características de origem familiar, também é válido para explicar os rendimentos individuais.

Especificamente para o Brasil, uma pequena série de estudos aborda a questão da mobilidade intergeracional dos salários. Em comum, boa parte dos trabalhos utiliza os suplementos para educação e ocupação dos pais do chefe do domicílio presentes em algumas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Além dessa pesquisa, Andrade *et al.* (2003), Ferreira e Veloso (2006), Dunn (2007), Pero e Szerman (2008), também compartilham o método de variáveis instrumentais em duas amostras, onde as informações de ocupação e de escolaridade são instrumentos que captam a renda dos pais, para mensurar a elasticidade intergeracional de renda. Os quatro estudos encontram coeficientes de elasticidade entre os rendimentos de pais e filhos, sempre superiores a 0,67, elevados quando comparados aos resultados de outros países<sup>1</sup>.

Apesar das semelhanças, alguns enfoques diferenciam esses trabalhos: Andrade *et al.* (2003) mostram que as restrições ao crédito para famílias de menor renda atuam reduzindo a mobilidade dos indivíduos dessa classe social. Por sua vez, Ferreira e Veloso (2006) observam que no Nordeste e entre pessoas negras há uma baixa transição nos quintis inferiores de rendimento e alta mobilidade em quintis superiores de renda, se comparados com pessoas brancas ou da região Sudeste. Dunn (2007) chama atenção que, ao se adicionar controles de idade para as gerações analisadas, a elasticidade entre seus respectivos rendimentos pode ser ainda maior, alcançando o valor médio de 0,88. Finalmente, segundo Pero e Szerman (2008), o baixo nível de mobilidade intergeracional de rendimentos brasileiro gera uma desigualdade de oportunidades, responsável por 66% (22 pontos) do Índice de Gini nacional.

Versões mais atuais dos índices não foram encontradas por esta revisão de literatura, possivelmente devido à ausência de pesquisas com amostras de relevância nacional que permitam tal tipo de análise. Isto posto, Tejada *et al.* (2015) se destacam por coletarem dados de famílias em dois pontos no tempo, em 1982 e 2004/2005 no município de Pelotas (RS), permitindo analisar a mobilidade geracional de renda. Dada as delimitações da pesquisa, a persistência da renda entre gerações encontrada é relativamente baixa, no patamar de 0,2, contudo, as estratificações por percentis de renda mostram que o coeficiente varia em formato de U ao longo da distribuição. Isto é, a persistência é maior entre os percentis inferiores e superiores de renda.

---

<sup>1</sup> Uma revisão de estudos feita por Solon (1999) encontra correlações da mesma natureza girando em torno de 0,4 para diversos países.

Para lidar com a questão da ausência de informações parentais nas bases de dados nacionais, Stafuzza (2015) combina os dados de renda familiar declarados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2015 com a RAIS de 2012 para analisar os impactos da qualidade educacional medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal. Dessa forma, é visto que a qualidade da educação municipal aumenta moderadamente a mobilidade salarial, mas o efeito poderia ser maior caso o IDEB não fosse positivamente relacionado com a renda de cada cidade. Adicionalmente, constata-se que a educação dos pais é mais importante para reduzir a persistência salarial do que a própria renda familiar.

Retomando os artigos desenvolvidos a partir da PNAD, é possível citar Mahlmeister *et al.* (2019) que, usando a edição de 2014 da pesquisa, atualizam os resultados de Ferreira e Veloso (2003) a respeito da transição de escolaridade. Ao avaliar ambos os estudos, é constatado que o comportamento da transição de escolaridade segue padrões parecidos com aqueles encontrados para a renda, com menor mobilidade nos extremos da distribuição, entre negros e entre nordestinos. Todavia, ao efetuar a comparação entre as PNADs 1996 e 2014 se verifica que, de um modo geral, a mobilidade educacional aumentou, graças à elevação dos anos de estudos dos filhos de pais menos escolarizados.

Já os estudos empíricos da linha de Desigualdade de Oportunidades, segundo Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007), dividem as desigualdades de rendimentos em elementos provenientes de esforços individuais e circunstanciais, sendo que a última parte, além de considerar a questão dos rendimentos familiares, também aplica aspectos como raça, cor e região de nascimento. Cogneau e Gignoux (2005) explicam duas vertentes adotadas nessa classe de modelos. A primeira delas, apresentada por Roemer (1996, 1998), consiste em comparar indivíduos com os mesmos níveis de esforços para mensurar as desigualdades entre diferentes grupos de circunstâncias. Por outro lado, Van de Gaer, Schokkaert e Maartinez (2001) mensuram as desigualdades de oportunidade comparando os ganhos de agentes com diferentes origens socioeconômicas. Nessa abordagem, só existe igualdade de oportunidades quando a desigualdade de rendimentos for independente de tais origens.

Usando ambas as abordagens, Cogneau e Gignoux (2005) calculam a desigualdade de rendimentos totais entre homens adultos pelos dados da PNAD e classificados segundo estratos sociais. Os resultados mostram que o controle de características circunstanciais pode

reduzir os índices de distribuição de renda de Gini em até 0,2 pontos e de Theil em 0,5<sup>2</sup> pontos a depender do método e coorte analisada. Portanto, a existência de desigualdades de rendimentos gerais, provenientes das desigualdades sociais no país, é confirmada e considerada relativamente elevada. Outro trabalho que utiliza dados da PNAD para obter informações sobre antecedentes familiares é o de Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007). Através de dados de homens entre 26 e 60 anos, agrupados em coortes e entrevistados em 1996. Os autores apontam que as circunstâncias explicam entre 10 e 37 por cento do Índice de Theil, dependendo da coorte. Adicionalmente, os pesquisadores observam que as circunstâncias não afetam os salários apenas diretamente, mas também como componentes do próprio esforço.

Carvajal (2017) também utiliza os conceitos de igualdade de oportunidade para explicar a probabilidade de um indivíduo pertencer a um determinado grupo salarial entre a população de Cochabamba na Bolívia. Os resultados apontam que a escolaridade da mãe tem impacto significativo na escolaridade própria, que, por sua vez, tem influência direta nos níveis de rendimento. Adicionalmente, é feita uma análise para distinguir o quanto da renda de uma pessoa depende de seus esforços e quanto ocorre por aspectos fora de seu controle. Para os autores, 40% da probabilidade de ascender a um rendimento de mais de três salários depende de aspectos fora do controle do indivíduo. Ao mesmo tempo, 26% da probabilidade de obter um salário inferior ao mínimo pode ser atribuído aos fatores em questão.

Morales e Blanco (2016) investigam a prevalência de efeitos da origem familiar sobre os rendimentos de egressos da Universidad Complutense de Madrid (UCM), formados em graduações das grandes áreas de Humanidades e Empresariais, entre os anos de 1997 e 2003. Partindo da hipótese de que a heterogeneidade de carreiras infla os coeficientes de origem familiar na explicação da riqueza, esse trabalho se diferencia ao controlar os cursos realizados pelos participantes da pesquisa. Tal hipótese é confirmada e é observado que em parte dos cursos analisados os efeitos de origem até mesmo desaparecem. Entretanto, ainda que atenuadas, essas influências ainda existem, principalmente em cursos das subáreas de direito, ciências sociais e empresariais. Especificamente para os cursos de Sociais e Economia é visto que o tipo de profissão desempenhada pelos pais também influencia nos salários de seus filhos, evidenciando que a origem social é um componente relevante no mercado de trabalho, mesmo depois de controladas as características da educação superior.

---

<sup>2</sup> Os índices de Gini e Theil são medidas de desigualdades que variam entre 0 e 1 e quanto mais próximos da unidade maior a desigualdade medida.

O compilado de estudos apresentado parte da formação básica dos alunos, passando pela escolha de um curso superior e sua posterior inserção no mercado de trabalho. Ao longo de todo esse processo, é visto que as desigualdades sociais atuam favorecendo aqueles originados de famílias mais abastadas, os permitindo obter melhores desempenhos acadêmicos e que escolham formações em que são mais aptos. Dessa forma, respaldado pelas teorias de Transferência Intergeracional de renda e Desigualdade de Oportunidades, é esperado que os filhos daqueles que possuam mais renda consigam melhores postos de trabalho, de qualidade e remuneração mais elevadas.

Contudo, os estudos prévios também deixam clara a dificuldade de se encontrar dados e *proxies* apropriadas para relacionar a origem familiar com os resultados do mercado de trabalho. Uma possibilidade empírica é a utilização do tipo de escola frequentada ao longo ensino médio, dado que a literatura permite pressupor que o *background familiar* é determinante da escolha entre as redes pública ou privada de ensino. É preciso ressaltar que há um amplo espectro de rendimentos familiares entre aqueles que estudam em escolas particulares, uma vez que muitas instituições têm políticas de inclusão via bolsa de estudos. Ainda assim, embora exista alguma diversidade nesse sentido, em média, os alunos de escolas particulares apresentam um nível socioeconômico mais elevado em comparação com outras dependências administrativas (SOARES e ANDRADE, 2006).

Dando respaldo a essa ideia é possível citar Curi e Menezes Filho (2010) que utilizam dados da PNAD e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para descobrir os fatores associados à escolha entre as duas dependências administrativas. Em relação às características familiares, nota-se que a educação da mãe está positivamente associada com a entrada na rede privada, enquanto o nível de renda familiar age elevando o nível dos gastos com educação. A raça da mãe e do filho também são importantes para explicar tanto os gastos, quanto a frequência de utilização da rede privada, sendo ambos mais elevados entre brancos. Sampaio *et al.* (2011) mostram uma relação entre renda familiar, frequência à escola pública e evasão no ensino superior. Guimarães e Sampaio (2013) mostram que quanto mais tempo um aluno frequenta a escola pública, menor será sua nota no vestibular. Ao mesmo tempo, discentes com melhor desempenho nessa prova são mais prováveis de terem frequentado escolas particulares e recebido aulas de reforço e de língua estrangeira.

Paralelamente, a literatura empírica para o Brasil revela que existe um outro tipo de diferenciação salarial, ligada apenas à cor do indivíduo, em que pretos e pardos recebem menos que seus pares (SILVA, 1980; OSÓRIO, 2009; SOARES, 2008; MARIANO *et al.*, 2018).

Esse desnível, uma vez que não pode ser explicado por variáveis observáveis, como educação e experiência, é tradicionalmente atribuído à discriminação racial (SOARES, 2000; CAMPANTE *et al.*, 2004). A população negra se insere neste contexto de origem apresentando menor renda média e maior probabilidade de estar abaixo da linha da pobreza em comparação a seus pares (SOARES, 2008; OSÓRIO, 2019). Além disso, trabalhos como os de Nunes e Santos (2019), Silveira e Leão (2020) e Jesus (2015) mostram uma maior presença de trabalhadores negros em regiões de menor renda e ocupando postos de trabalho mais vulneráveis, de maior informalidade e menor qualidade. Ao mesmo tempo, estudos como os de Ferreira e Veloso (2006), Ribeiro (2006) e Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007) indicam que a cor é um fator determinante, tanto das desigualdades de oportunidades, quanto da mobilidade salarial, onde ela atua como um fator que aumenta a persistência da pobreza e reduz a permanência nas classes sociais mais altas.

Unindo essa questão àquelas apresentadas nos parágrafos anteriores, é esperado que negros possuam um nível e origem socioeconômica menores que aqueles apresentados por outras cores. Junto a tudo isso, Constantino (2006) e Curi e Menezes Filho (2010) evidenciam uma menor participação de crianças negras no ensino privado no país, aspecto-chave no desenvolvimento deste trabalho. Tais fatores podem indicar que grupos de trabalhadores negros estão sujeitos a um duplo efeito da origem social, possuindo esse componente em maior quantidade e sendo afetados por ele com maior intensidade.

Contudo, a literatura prévia encontra limitações para testar os efeitos em questão, dada a dificuldade de se obter informações sobre a vida pré-mercado de trabalho dos indivíduos. Ribeiro (2006), por exemplo, o faz utilizando dados da PNAD 1996 e encontra resultados que sugerem a existência de diferenças na mobilidade social por cor para as classes mais altas, entretanto, não para os mais pobres. Segundo o autor, é um indicativo de que as diferenças sociais não são mera reprodução das desigualdades do passado, tampouco uma manifestação do racismo *per se*, mas que ambos os fatores dependem um do outro. Mais recentemente, Ribeiro, Komatsu e Menezes Filho (2020) analisam a associação entre a dependência administrativa em que se cursou o Ensino Médio e a remuneração salarial com os dados suplementares da PNAD Anual (de 2016 a 2018). Os resultados evidenciam que, independentemente do nível de escolaridade final, indivíduos que fazem Ensino Médio em escolas particulares são contemplados por vantagens salariais, embora menores para os diplomados. Além disso, é visto que pessoas brancas são mais bem remuneradas que não

brancas em todas as combinações de escolaridade e administração das instituições frequentadas.

Ao mesmo tempo, os estudos citados, ainda que controlem o nível de escolaridade, em sua maioria não são capazes de controlar indivíduos que passaram pelo mesmo curso e instituição de ensino superior. Dado que a origem social importa no mercado de trabalho, é de se esperar que filhos de famílias ricas e pobres também tenham preferências e/ou inserções distintas nos cursos superiores. Neste sentido, o presente estudo avança em controlar a origem socioeconômica, ao mesmo tempo em que considera trabalhadores que passaram pela mesma graduação e instituição superior de ensino. Isso permite formalizar e testar duas hipóteses, a saber: 1) a origem socioeconômica tem impactos sobre os rendimentos, mesmo entre indivíduos com a mesma formação acadêmica superior; e 2) essa origem socioeconômica permite explicar parte do diferencial de rendimentos entre grupos de cor.

Para testar essas hipóteses, são utilizados dados de uma amostra proveniente de egressos da Universidade Federal de Goiás. Tal como Staffuzza (2015), que combina os dados do ENEM e da RAIS, são empregadas duas bases de dados para cumprir com os objetivos desta pesquisa: as informações sobre a dependência da escola em que o aluno cursou Ensino Médio do SIGAA-UFG e as informações salariais da própria RAIS. Isso permite controlar a origem socioeconômica de indivíduos que passaram pela mesma instituição de ensino superior, algo ainda não encontrado na literatura empírica sobre transferência intergeracional e desigualdade de oportunidades para o Brasil.

Finalmente, há uma aproximação com Morales e Blanco (2016), que também se diferenciam por controlar os cursos em que os indivíduos se graduaram e notam que, feito o controle supracitado, os efeitos de *background* familiar desaparecem em muitos casos. Ribeiro, Komatsu e Menezes Filho (2020) também estimam os efeitos de escolas particulares sobre o rendimento, embora o enfoque teórico seja na qualidade do ensino e não nas questões de persistência de renda e igualdade de oportunidades. A próxima seção apresenta a estratégia metodológica deste presente estudo, iniciando por detalhar as bases de dados empregadas.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Bases de dados

Esta subseção se dedica a explicar a origem e características das duas bases de dados empregadas para cumprir os objetivos propostos. A primeira base explorada é proveniente do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal de Goiás (SIGAA-UFG) e contém uma série de informações acadêmicas e pessoais dos indivíduos analisados. Da mesma base é extraída a informação acerca da dependência administrativa da escola em que o aluno cursou o Ensino Médio que, por sua vez, constituiu a *proxy* de origem socioeconômica utilizada. As demais informações relativas ao trabalho, como salário e ocupação desempenhada pelos alunos compreendidos pela amostra, são provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>3</sup>.

Iniciando o detalhamento das bases pelo SIGAA-UFG, o conjunto de dados em questão tem origem na Pró-reitoria de Graduação da UFG (Prograd-UFG), que disponibilizou informações sobre alunos de cinco unidades acadêmicas<sup>4</sup>: a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE); a Faculdade de Nutrição (FANUT); o Instituto de Estudos Socioambientais (IESA); o Instituto de Informática (INF); e o Instituto de Matemática e Estatística (IME).

Na base são abrangidos dados sobre a forma de ingresso no curso (vestibular, transferência, etc.), a situação do aluno no final do segundo semestre letivo de 2017, se ativo inativo ou formado, além de variáveis demográficas de gênero e idade. Além disso, foram tomados cuidados para garantir a confidencialidade das informações, divulgando apenas dados gerais e agregados, sem relação direta com o número de matrícula e Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos estudantes.

Adicionalmente, são descartados da amostra final aqueles indivíduos que ainda não haviam concluído a graduação até 2017. Feitas as medidas, a base de dados final contempla informações sobre 1.573 graduados, distribuídos em 10 cursos, formados entre 2010 e 2017, como pode ser visto na Tabela 1. A tabela ainda mostra como se dividem esses alunos em relação ao tipo de escola em que realizaram o Ensino Médio (EM). Nesse caso, o dado original é a declaração de ter vindo de uma instituição pública, prestada pelo estudante no ato

---

<sup>3</sup> Os dados identificados por CPF foram obtidos por meio de um convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Economia da FACE/UFG (PPGECON/UFG) e o PDET. Os dados do SIGAA/UFG foram cedidos pela Pró-Reitoria de Graduação da UFG, após aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa da UFG (Pareceres n. 3.452.003 de 12 de julho de 2019 e n. 104.567 de 23 de junho de 2020).

<sup>4</sup> A UFG possui uma departamentalização em Unidades Acadêmicas, cada uma responsável por um conjunto de cursos de graduação e pós-graduação.

de sua matrícula no primeiro semestre letivo. Assim sendo, por facilidade analítica, todos aqueles que não forneceram essa informação são agrupados em uma segunda categoria, que agrega todas as outras dependências administrativas.

Tabela 1 - Distribuição dos egressos por cursos e dependência administrativa do EM.

	<b>Curso</b>	<b>Pública</b>	<b>Não-Pública</b>	<b>Total</b>
<b>FACE</b>	Administração	61	165	226
<b>FACE</b>	Ciências Contábeis	75	114	189
<b>FACE</b>	Ciências Econômicas	51	83	134
<b>FANUT</b>	Nutrição	96	159	255
<b>IESA</b>	Ciências Ambientais	42	38	80
<b>IESA</b>	Geografia	140	139	279
<b>IME</b>	Estatística	18	9	27
<b>INF</b>	Ciências da Computação	51	70	121
<b>INF</b>	Engenharia de Software	45	87	132
<b>INF</b>	Sistema de Informação	64	66	130
<b>Total</b>	Total	643	930	1.573

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGAA-UFG.

Por sua vez, a RAIS é gerada a partir de declarações prestadas por empresas formais ao final de todos os anos. A versão de 2017, aqui utilizada, era ligada ao, agora extinto, Ministério do Trabalho<sup>5</sup>. A vinculação com o SIGAA-UFG é feita por meio do CPF e permite a localização de indivíduos que tiveram algum vínculo empregatício nesse ano e em toda extensão do território brasileiro. Assim, a partir da amostra inicial apresentada, foram encontradas informações sobre emprego de 930 pessoas (Tabela 2), incluindo salário, ocupação, tempo de contratação, além de características da própria empresa, como seu setor de atuação<sup>6</sup>.

Tabela 2 – Distribuição dos egressos por emprego e dependência da escola.

	<b>Pública</b>	<b>Não-Pública</b>	<b>Total</b>
<b>Não empregado<sup>7</sup></b>	248	396	644
<b>Empregado</b>	395	534	929
<b>Total</b>	643	930	1.573

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGAA-UFG e RAIS.

Com esses dados é possível estimar uma regressão minceriana de salário para observar se há diferenças salariais significativas entre pessoas que cursaram o Ensino Médio em escolas com diferentes dependências administrativas. Logo após, é proposta a utilização do modelo de Oaxaca (1973) para verificar se esse indicador de origem social ajuda a explicar as

<sup>5</sup> Atualmente as informações são disponibilizadas pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

<sup>6</sup> Para o caso de mais de um contrato de trabalho encontrado, foi considerado aquele com maior valor de salário mensal.

<sup>7</sup> Estatística se refere a indivíduos que, no período analisado, não possuíam ocupação formal registrada na RAIS.

diferenças salariais entre negros e não negros. A metodologia utilizada para o cálculo dessas regressões, bem como as variáveis empregadas, são o assunto da próxima subseção.

### 3.2 Estratégia econométrica

Esta subseção se dedica a explicar as três etapas metodológicas necessárias para cumprir os objetivos propostos por este trabalho. Primeiro, seguindo a metodologia proposta por Heckman (1979) é estimado um modelo de probabilidade de participação no mercado de trabalho, através do qual é calculada a Razão Inversa de Mills. Tal estratégia permite identificar e corrigir um possível viés de seleção amostral na regressão de salários, dado que nem todos os egressos se encontravam formalmente empregados no momento da pesquisa. Isto posto, o modelo de probabilidade é traçado seguindo a equação (1), o detalhamento das variáveis empregadas é feito pelo Quadro 1 em seguida.

$$\text{Probabilidade de emprego} = f(\text{escola}; \text{idade}; \text{turno}; \text{tempo de formado};) \quad (1)$$

Quadro 1– Variáveis do modelo de probabilidade de emprego formal.

Variável	Tipo	Descrição
<b>Empregado</b>	Binária	1- Se foi encontrado na RAIS; 0- Não encontrado
<b>Escola Pública</b>	Binária	1- Escola Públicas; 0- Outras Escolas
<b>Idade</b>	Contínua	Idade (em anos)
<b>Estudou no Noturno</b>	Binária	1- Se estudou no turno noturno; 0- Outros turnos
<b>Tempo desde a Formatura</b>	Contínua	Tempo desde que se formou (em anos)

Elaboração própria.

Na segunda etapa são estimadas três equações de salário do tipo minceriana para os ex-alunos da UFG que apresentam algum vínculo formal em dezembro de 2017. As equações são calculadas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e têm como variável dependente o logaritmo do salário-hora no mês de dezembro. A principal variável explicativa de interesse é uma *dummy* que identifica os alunos que estudaram em uma escola pública no Ensino Médio. De modo geral, a regressão a ser estimada é dada pela equação (2). Em seguida, o Quadro 2 traz as descrições das variáveis utilizadas tanto na regressão de salário, quanto na Decomposição de Oaxaca.

$$\ln(sh) = f(\text{escola}; \text{variáveis de controle};) \quad (2)$$

Quadro 2– Variáveis das regressões de salário e da decomposição de Oaxaca.

<b>Variável</b>	<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>
<b>ln (sh)</b>	Contínua	Logaritmo natural do salário-hora
<b>Escola Pública</b>	Binária	1-Escola Públicas; 0- Outras Escolas
<b>Cor</b>	Binária	1-Negros (Pretos e pardos); 0-Não Negros
<b>Razão inversa de Mills</b>	Contínua	Razão inversa de Mills obtida através da prob. de emprego
<b>Sexo</b>	Binária	1-Masculino; 0-feminino
<b>Administração (Referência)</b>	Binária	1-Egresso de Administração; 0-Egresso de outro curso
<b>Ciências da Computação</b>	Binária	1-Egresso de Ciências da Computação; 0-Egresso de outro curso
<b>Ciências Ambientais</b>	Binária	1-Egresso de Ciências Ambientais; 0-Egresso de outro curso
<b>Ciências Contábeis</b>	Binária	1-Egresso de Ciências Contábeis; 0-Egresso de outro curso
<b>Ciências Econômicas</b>	Binária	1-Egresso de Ciências Econômicas; 0-Egresso de outro curso
<b>Engenharia de Software</b>	Binária	1-Egresso de Engenharia de Software; 0-Egresso de outro curso
<b>Estatística</b>	Binária	1-Egresso de Estatística; 0-Egresso de outro curso
<b>Geografia</b>	Binária	1-Egresso de Geografia; 0-Egresso de outro curso
<b>Nutrição</b>	Binária	1-Egresso de Nutrição; 0-Egresso de outro curso
<b>Sistema da Informação</b>	Binária	1-Egresso de Sistema da informação; 0-egresso de outro curso
<b>Primeiro contrato</b>	Binária	1-Primeiro contrato com a empresa; 0- A partir do segundo contrato
<b>Tempo de contrato</b>	Contínua	Tempo desde que foi contratado na empresa
<b>Tempo de contrato<sup>2</sup></b>	Contínua	Tempo desde que foi contratado na empresa ao quadrado
<b>Servidor Público</b>	Binária	1-Servidor Público; 0- Empregado no setor Privado
<b>Empregado em uma Capital</b>	Binária	1-Se a empresa fica em uma capital; 0-Outras cidades
<b>Empregado setor de Serviços</b>	Binária	1-Se atua no setor de serviços; 0-Outros setores

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo as hipóteses estabelecidas anteriormente, se espera observar um valor negativo e significativo para a binária de Ensino Médio em escola pública. Os modelos são estimados para o total da amostra empregada no mercado formal. Posteriormente, é aplicada uma decomposição de Oaxaca-Blinder (OAXACA, 1973) entre grupos de cor, que possibilita separar a diferença salarial entre dois grupos de trabalhadores em um componente explicado (efeito dotação) e em um componente não explicado (efeito preço).

Na Decomposição de Oaxaca-Blinder, o efeito dotação é formado pela posse de fatores produtivos, enquanto o efeito preço pode ser entendido como a diferença determinada pelo prêmio que o mercado de trabalho paga pela posse dos fatores. Para tanto, é utilizada uma binária de valor 1 quando o indivíduo se declara preto ou pardo e 0 se considera-se de outras cores ou etnias. Assim, é possível avançar para o segundo objetivo específico que é verificar como a origem social atua na diferenciação de salários por raça.

Na literatura de mercado de trabalho, principalmente nas relações de gênero e cor, o efeito preço é tradicionalmente interpretado como *proxy* da discriminação e este estudo segue

este padrão. Desse modo, almeja-se avaliar se parte dele possa, na verdade, ser associado com os antecedentes sociais do indivíduo e não apenas com sua cor de pele. As próximas seções trazem os resultados prévios obtidos. Todos os modelos são estimados em versões robustas à heterocedasticidade e com o auxílio do pacote Stata 11.

## 4 RESULTADOS

Nesta seção são exibidos e discutidos os resultados obtidos com a metodologia anteriormente apresentada. A primeira subseção apresenta as estatísticas descritivas de como se distribuem os alunos conforme tipo de escola onde foi cursado o ensino médio. A segunda exhibe os resultados para a regressão de salário e a decomposição de Oaxaca calculadas para medir os efeitos da origem sobre a remuneração.

### 4.1 Análise descritiva

Esta subseção se dedica a descrever a base do ponto de vista de uma série de características demográficas, acadêmicas e empregatícias de seus integrantes. Seu objetivo é construir uma noção geral de como esses dados se comportam, principalmente em relação às informações de raça e origem social, os dois principais indicadores deste estudo.

Primeiro, em relação ao tipo de escola, cerca de 40,9% dos alunos declaram terem vindo de instituições públicas. A amostra é uniforme em relação a proporção de homens e mulheres, com essas formando cerca de 50,5% da amostra. A média de idade é de 27 anos e é igual para as diferentes dependências administrativas da escola onde foi cursado o Ensino Médio, com pessoas do sexo feminino sendo ligeiramente mais jovens que as do sexo masculino.

Iniciando a análise da relação entre cor e origem pela Tabela 3 é possível descrever como negros e não negros se dividem em relação ao tipo de escola em que cursaram o Ensino Médio. A tabela mostra que há um percentual maior de negros que declararam ter estudado em uma instituição pública no Ensino Médio quando comparado aos demais, 53,3% contra 32,9%. Isso sinaliza que, conforme o esperado e indicado pelo referencial teórico, as pessoas negras com mais frequência têm origens socioeconômicas desfavoráveis.

Tabela 3 – Distribuição dos egressos por dependência administrativa do Ensino Médio segundo grupos de cor (%).

	<b>Não- Pública</b>	<b>Pública</b>	<b>Total</b>
<b>Não-negros</b>	67,1	32,9	100,0
<b>Negros</b>	46,7	53,3	100,0
<b>Total</b>	59,1	40,9	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Ainda com foco na relação cor/origem, a Tabela 4 mostra em três painéis como se comporta a participação de pessoas negras entre os egressos da UFG, no mercado de trabalho formal e os diferentes salários-hora segregados por grupos de cor e origem socioeconômica.

Desse modo, é visto que enquanto negros formam cerca de 39% daqueles que concluem a graduação, sua participação no mercado de trabalho formal passa de 48%, uma aparente recepção positiva do mercado. Mas, quando analisado o terceiro painel, é constatado desvantagem salarial para esse grupo racial, que é ainda mais acentuada para os oriundos de escolas públicas. O resultado sugere que os efeitos da diferenciação salarial são maiores para aqueles que apresentam origens sociais desfavoráveis, dando respaldo às hipóteses levantadas por este estudo.

Tabela 4– Distribuição dos egressos entre dependência administrativa do Ensino Médio, entre empregados e salário-hora segundo grupos de cor (%)

	Entre Egressos			Entre empregados			Salário-hora Médio (R\$)		
	Não-Pública	Pública	Total	Não-Pública	Pública	Total	Não-Pública	Pública	Total
<b>Não negros</b>	69,1	49,0	60,9	59,9	40,8	51,8	27,8	26,3	27,3
<b>Negros</b>	30,9	51,0	39,1	40,1	59,2	48,2	21,0	20,0	20,5
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,1	22,6	24,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Seguindo para análise de fatores acadêmicos, a Tabela 5 mostra como se dividem os egressos de cada uma das Unidades Acadêmicas (UA), cujos dados foram cedidos para a análise. A FACE se destaca por possuir a menor proporção de estudantes vindos de escolas públicas, sugerindo maior elitização de seus cursos. Esses alunos são maioria apenas no IESA e no IME, que também são os institutos com menores salários-hora médios entre seus egressos, segundo os resultados da pesquisa. O fato parece corroborar com Sampaio *et al.* (2011) que constata que pessoas vindas de famílias mais ricas têm maior possibilidade de escolher cursos com maiores expectativas de ganhos.

Tabela 5– Distribuição dos egressos entre dependência administrativa do Ensino Médio segundo Unidade Acadêmica (%)

	Não-Pública	Pública	Total
<b>FACE</b>	65,9	34,1	100
<b>FANUT</b>	62,4	37,7	100
<b>IESA</b>	49,3	50,7	100
<b>IME</b>	33,3	66,7	100
<b>INF</b>	58,2	41,8	100
<b>Total</b>	59,1	40,9	100

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com relação a como se distribuem aqueles indivíduos encontrados no mercado de trabalho formal, a Tabela 6 dispõe sobre a relação entre tipo de escola e setor da empresa

contratante. Ambos os grupos se empregam em proporções parecidas entre os diferentes setores, com uma presença um pouco maior dos ex-alunos de escolas públicas em “Outros”, que inclui construção civil, agricultura e a administração pública. Como esperado dada a natureza dos cursos analisados, a maioria dos egressos se concentram no setor de serviços, com mais de 60% do total da amostra.

Tabela 6– Distribuição dos egressos entre setores econômicos da empresa contratante segundo dependência administrativa do Ensino Médio (%).

	<b>Não-Pública</b>	<b>Pública</b>	<b>Total</b>
<b>Indústria</b>	6,9	4,6	5,9
<b>Comércio</b>	7,3	7,3	7,3
<b>Serviços</b>	62,6	60,8	61,8
<b>Outros</b>	23,2	27,3	25,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para entender também como a recepção de egressos do mercado de trabalho do setor público se difere do privado, a Tabela 7 apresenta dois painéis: o primeiro mostra como egressos com diferentes origens se distribuem conforme o setor administrativo do contratante e o segundo segrega suas diferentes médias salariais. Assim, é revelado que alunos vindos de escolas públicas ocupam empregos no setor público com maior frequência. Apesar disso, o *gap* de remuneração segundo a origem é maior na administração pública, onde a diferença salarial média é mais de 6 reais por hora. Uma possível explicação para esse fato pode residir nas longas jornadas de estudo necessárias para conseguir aprovação em concursos para colocações com grandes renumerações. Tais jornadas por vezes são incompatíveis com um emprego paralelo e apresentam custos com inscrições, viagens e cursinhos que podem não ser viáveis para pessoas mais pobres. Essa hipótese é compatível com o encontrado por Castelar *et al.* (2010) que mostram que tanto o tipo de escola quanto a renda são determinantes do sucesso em concursos.

Tabela 7– Distribuição dos egressos por dependência administrativa do Ensino Médio segundo setor de atividade e salário médio.

	<b>%Por setor administrativo e escola</b>			<b>Salário-hora Médio (R\$)</b>		
	Não-Pública	Pública	Total	Não-Pública	Pública	Total
<b>Privado</b>	79,4	75,4	77,8	20,8	20,1	20,5
<b>Público</b>	20,7	24,6	22,3	32,7	26,3	29,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	25,1	22,6	24,0

Fonte: Resultados da pesquisa.

De modo geral, os dados expostos ao longo dessa subseção apontam para a homogeneidade dos dados do ponto de vista de aspectos demográficos, como idade e gênero. Ao mesmo tempo, apresenta informações que dão sustentação às hipóteses levantadas de que existe um efeito da origem nas expectativas salariais dos egressos e que pessoas negras são mais frequentemente afetadas por essa questão. Por fim, o trabalho localiza as maiores diferenças salariais dentro do setor público, onde a questão da origem parece exercer um peso maior. Feitas as constatações, segue-se para a próxima subseção onde são traçados os modelos de regressão de salário e a decomposição de Oaxaca propostos pela metodologia.

#### **4.2 Resultados econométricos**

Esta subseção descreve os principais resultados da pesquisa em três modelos: O primeiro estima a probabilidade de o egresso da UFG estar empregado no mercado de trabalho formal e é, posteriormente, utilizado para identificar viés de seleção amostral. Na sequência, emprega-se um MQO para determinar qual o impacto da variável *proxy* de origem socioeconômica na remuneração salarial. Por fim, a decomposição de Oaxaca ajuda a entender como se interagem as questões de origem e raça quando associadas ao mercado de trabalho.

O modelo apresentado na Tabela 8 exhibe a probabilidade de um egresso da UFG estar inserido no mercado de trabalho formal (em 2017). Além da própria *dummy* de escola pública, são inclusas como variáveis explicativas, a idade, o turno e o tempo desde a conclusão do curso.

Os resultados positivos e significativos para idade e tempo desde a formatura são esperados, pois esses aspectos podem ser sinalizadores de experiência, defendida por Nadú *et al.* (2015) como uns dos determinantes da probabilidade de emprego. Uma vez que o turno noturno é a escolha mais frequente daqueles indivíduos que necessitam trabalhar ao longo da graduação (MOURA *et al.*, 2015; VARGAS e PAULA, 2013), seu sinal positivo e significativo pode apontar tanto um diferencial de experiência, quanto a continuidade em empregos pré-formatura.

Tabela 8 – Modelo de probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal.

	Coefficientes
Escola Pública	0,178*** (0,07)
Idade	0,026*** (0,01)
Estudou no Noturno	0,697*** (0,07)
Tempo desde a Formatura	0,121*** (0,02)
Constante	-1,212*** (0,23)
Pseudo R <sup>2</sup>	0,0845
Número de obs.	1.573
Prob>Chi	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa. Erro padrão robusto entre parênteses. \* p<0.10, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.01.

Em relação à binária de escola, o modelo identifica ex-alunos de origem socioeconômicas desfavoráveis como mais prováveis de estarem em um emprego formal. Seguindo o raciocínio construído ao longo deste trabalho, é possível supor duas explicações para tal fenômeno. A primeira delas pode se vincular à opção pelo empreendedorismo. Levanta-se a hipótese de que pessoas com melhores *backgrounds* tenham mais condições de realizarem atividades empreendedoras ligadas às oportunidades em suas áreas, isso por supostamente contarem com mais capital e proteção. Existe também a possibilidade de continuidade de empresas familiares ou encontro de inspiração em parentes próximos para abertura de novos negócios, como é documentado por Pereira Júnior (2020), Silva (2018) e Vale, Corrêa e Reis (2014). Desta forma, tais indivíduos não teriam suas relações de trabalho encontradas nos registros contratuais formais da RAIS.

A segunda explicação possível está atrelada ao salário de reserva e à necessidade mais urgente de renda por pessoas de origem desfavorável, que induz à entrada mais rápida no mercado de trabalho, ou ainda à conservação de empregos anteriores à graduação (maiores custos de oportunidade). Nesse cenário, é esperado que ex-alunos de escolas públicas acabem aceitando remunerações menores em comparação aos demais. Enquanto isso, aqueles que contam com maior proteção financeira podem escolher permanecer mais tempo fora do mercado e seguir investindo em qualificação profissional ou se preparando para provas de seleção e concursos. Essa ideia conversa com a discussão levantada por Oliveira (2011), ao dividir alunos interessados em começar a trabalhar entre engajados e preocupados, a depender de seus níveis socioeconômicos.

Antes de analisar os determinantes salariais, é preciso levantar uma questão relevante:

A existência de variáveis significativas no modelo de probabilidade indica que a participação no mercado de trabalho pelos egressos da UFG é não-aleatória. Portanto, é possível supor que existe um viés, pois, se a amostra fosse selecionada em um outro ponto do tempo, há indivíduos que estariam empregados e recebendo uma potencial remuneração, neste momento, desconhecida. Para resolver esse problema se utiliza o método sugerido por Heckman (1979), em que, a partir do modelo de probabilidade, é calculada a Razão Inversa de Mills, posteriormente acrescentada como variável adicional nos modelos de regressão de rendimento.

Dito isso, é possível seguir para análise do modelo da Tabela 9, que apresenta os resultados da estimação do modelo de salário-hora para os egressos ocupados encontrados na RAIS. São estimados modelos acrescentando gradativamente características pessoais, do curso de graduação realizado e as variáveis do trabalho executado. São inclusas também a binária de interesse que capta a dependência administrativa onde o egresso realizou o Ensino Médio e a denominada Razão Inversa de Mills, obtida do modelo de seleção anterior.

Tabela 9 – Determinantes do Salário-hora

	Coeficientes		
	(1)	(2)	(3)
Razão inversa de Mills	-1,106*** (0,09)	-1,319*** (0,11)	-0,941*** (0,12)
Escola Pública	-0,178*** (0,04)	-0,129*** (0,04)	-0,114*** (0,04)
Sexo	0,092** (0,04)	0,137*** (0,05)	0,105** (0,05)
Administração (Referência)			
Ciências da Computação		0,261** (0,10)	0,206** (0,10)
Ciências Ambientais		-0,329*** (0,10)	-0,388*** (0,10)
Ciências Contábeis		-0,220*** (0,08)	-0,241*** (0,07)
Ciências Econômicas		-0,042 (0,10)	-0,026 (0,10)
Engenharia de Software		-0,088 (0,08)	-0,035 (0,08)
Estatística		0,021 (0,13)	0,003 (0,11)
Geografia		-0,388*** (0,08)	-0,437*** (0,08)
Nutrição		0,281*** (0,09)	0,260*** (0,09)
Sistema da Informação		-0,164** (0,08)	-0,121 (0,08)
Primeiro contrato			-0,141** (0,06)
Tempo de contrato			0,054*** (0,02)
Tempo de contrato2			-0,002* (0,00)
Servidor Público			0,367*** (0,05)
Empregado em uma Capital			0,068 (0,05)
Empregado setor de Serviços			0,176*** (0,05)
Constante	3,616*** (0,07)	3,817*** (0,09)	3,194*** (0,11)
R <sup>2</sup> Ajustado	0,1323	0,2073	0,2879
Número de obs.	929	929	929
F	54,43	26,57	26,03
Prob>F	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa. Erro padrão robusto entre parênteses. \* p<0.10, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.01.

O valor significativo da Razão Inversa de Mills mostra que sua adição é de fato necessária para corrigir os efeitos do viés amostral. O sinal negativo é consistente com o tipicamente encontrado pela literatura e diz que o mercado de trabalho seleciona indivíduos mais produtivos. Ou seja, mesmo entre os egressos de uma mesma IES ainda parece existir algum tipo de processo seletivo não aleatório para o mercado de trabalho.

A binária de escola pública é significativa independentemente da quantidade e da

natureza dos controles acrescentados, demonstrando que a origem socioeconômica é sim um fator explicativo e determinante do salário. O sinal negativo encontrado aponta para uma remuneração menor entre egressos de escolas públicas no Ensino Médio, em consonância com os resultados de Ribeiro, Komatsu e Menezes Filho (2020). O citado trabalho também encontra diferenças entre as dependências administrativas de origem, e se diferencia do presente estudo por não controlar questões de carreira como curso, setor, tempo de carreira, etc.

O resultado para a binária de escola pública confirma uma das hipóteses levantadas por este estudo e indica que indivíduos de famílias mais pobres tendem a se deparar com piores oportunidades de trabalho. Há, portanto, uma consonância com as teorias de Transferência Intergeracional de Salários (BECKER e TOMES, 1979, 1986) e de Igualdade de Oportunidades (ROEMER 1996, 1998) que estabelecem relação entre condições familiares e circunstâncias com a renda obtida. Tal como obtido para a literatura que analisa o Ensino Fundamental, a Universidade não parece capaz de reverter completamente realidade social e familiar em que seus alunos se inserem.

Diferente do encontrado por Morales e Blanco (2016) é visto que, apesar de diminuir, o impacto da origem social existe mesmo entre indivíduos com níveis de estudo parecidos e com as mesmas graduações. Portanto, é possível que ela atue tanto induzindo pessoas que estudaram em escolas públicas para cursos com expectativas salariais menores (Tabela 5), quanto se traduzindo em piores oportunidades salariais para aquelas que possuem graduações similares à sua contraparte. Essa última ideia é sustentada também pela hipótese de menor estoque de capital cultural e social em comparação com membros de famílias mais abastadas, como ausência de segundo idioma e de uma rede de contatos pré-estabelecida (SAMPAIO *et al*, 2011; OLIVEIRA, 2011; GUIMARÃES e SAMPAIO, 2013; JACOB, 2019).

Com relação às variáveis de controle, os modelos mostram a existência de um diferencial segundo sexo, característico do mercado de trabalho brasileiro, mesmo entre os graduados. Os cursos de Geografia e Ciências Contábeis apesar de remunerarem pior seus egressos em relação aos administradores, estão entre os cursos com maior percentual de empregados na amostra (acima de 70%). Existe, portanto, um baixo risco associado a um baixo retorno para essas duas áreas, características que podem ser melhor analisadas em estudos futuros. No caso de Ciências Ambientais, existe a menor taxa de emprego formal da amostra (47,5%) e menor salário-hora médio, fato que pode sugerir baixa demanda por profissionais da área.

Entre as características do emprego e da empresa, apenas a *dummy* que identifica empresas localizadas em capitais não foi significativa. Aspectos como primeiro contrato e tempo no emprego são indicativos de experiência e, portanto, apresentam resultados positivos. O Setor público também ostenta um resultado positivo esperado, pois tradicionalmente remunera melhor seus funcionários. O mesmo acontece com o setor de serviços que acaba por absorver a maior parte da mão de obra brasileira.

Constatado o impacto da origem nos rendimentos, é possível testar se ela faz parte da diferença salarial tipicamente encontrada entre brancos e não-brancos, outra hipótese levantada por este estudo. Como esclarecido na sessão anterior, o recurso metodológico adotado para tanto foi a decomposição proposta por Oaxaca (1973) que divide o diferencial de salário em parte explicada e não explicada. Nessa divisão, variáveis significativas na parte explicada indicam estoques distintos de dadas características, enquanto na parte não-explicada apontam para desigualdades em seus efeitos marginais sobre a remuneração.

Dessa forma, a decomposição da Tabela 10 indica existir uma diferença significativa entre os salários de Negros e Não-negros, com o sinal positivo apontando para uma vantagem desses últimos na ordem de 22,8%. Os fatores explicados pelas características pessoais e produtivas responde pela maior parte deste diferencial (16,2 pontos percentuais). A decomposição também possibilita analisar o efeito isolado de cada variável sobre os componentes explicados e não explicados do diferencial, exibidos na parte inferior da tabela.

Tabela 10 – Decomposição de Oaxaca por cor.

<b>Decomposição de Oaxaca</b>		
Diferencial		
Não-negros	3,039*** (0,03)	
Negros	2,811*** (0,03)	
Diferença	0,228*** (0,04)	
	<b>Explicado</b>	<b>Não Explicado</b>
Razão inversa de Mills	0,045*** (0,01)	-0,079 (0,15)
Escola Pública	0,019** (0,01)	-0,004 (0,03)
Sexo	-0,004 (0,00)	-0,058 (0,05)
Administração (Referência)		
Ciências da Computação	-0,001 (0,00)	0,008 (0,01)
Ciências Ambientais	-0,001 (0,01)	0,002 (0,01)
Ciências Contábeis	-0,011* (0,01)	0,001 (0,02)
Ciências Econômicas	-0,001 (0,00)	0,007 (0,01)
Engenharia de Software	-0,000 (0,00)	0,013 (0,02)
Estatística	-0,000 (0,00)	0,001 (0,00)
Geografia	0,026** (0,01)	0,023 (0,03)
Nutrição	-0,001 (0,00)	-0,010 (0,02)
Sistema da Informação	0,004 (0,00)	0,004 (0,02)
Primeiro contrato	0,002 (0,00)	-0,012 (0,01)
Tempo de contrato	0,042*** (0,02)	-0,092 (0,09)
Tempo de contrato2	-0,015 (0,01)	0,039 (0,03)
Servidor Público	0,071*** (0,01)	0,066* (0,04)
Empregado em uma Capital	-0,004 (0,00)	0,078 (0,08)
Empregado setor de Serviços	-0,009 (0,01)	0,004 (0,06)
Constante	-	0,075 (0,22)
Total	0,162*** (0,03)	0,066 (0,04)
Número de obs.	929	

Fonte: Resultados da pesquisa. Erro padrão robusto entre parênteses. \* p<0.10, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.01.

Iniciando a análise da decomposição, o coeficiente da binária de escola no componente explicado da decomposição e dado seu efeito negativo na regressão de rendimentos anterior, mostra que, conforme o esperado, pessoas negras mais constantemente apresentam origens socioeconômicas desfavoráveis. Seu sinal positivo no componente explicado da decomposição reflete o maior estoque deste elemento entre os egressos negros, ou seja, há uma sobrerrepresentação desses alunos em segmentos socioeconômicos mais baixos. Em um ambiente onde as condições familiares prévias são um importante componente a expectativa de renda e reproduz desigualdades ao longo de gerações esse resultado pode ajudar a entender melhor a dinâmica das diferenças raciais brasileiras. Nesse sentido, há uma contribuição em caracterizá-las como fruto de um processo histórico que persiste ao longo do século não apenas por causa da discriminação, mas também graças às desigualdades de oportunidades advindas da menor renda (MAIA *et al.*, 2018; THEODORO, 2008).

Ademais, outro resultado interessante no componente explicado é o obtido para a binária de setor público. Seu sinal positivo na regressão de salários (Tabela 9) é compatível com o esperado, dado que o setor geralmente remunera melhor que o setor privado. Já para a decomposição de Oaxaca, seu sinal positivo, em conjunto com o efeito positivo na regressão, reflete a maior representação de indivíduos não negros nos postos de trabalho do setor público. Logo, ele é identificado como componente agravante da desigualdade de acordo com a cor ou raça, mesmo quando são considerados apenas indivíduos com ensino superior. Por isso, reforça-se a importância de leis como a Lei Federal nº 12.990/2014, que reserva vagas para pessoas negras e que vem contribuindo para aproximar o perfil dos concursados ao da população brasileira (SANTOS e DIANA, 2018).

Entretanto, diferentemente do esperado e do encontrado pela literatura brasileira, a binária *proxy* de origem não encontra valores significativos para o componente não explicado da diferença salarial. Isso quer dizer que, para esta amostra de egressos, negros e não-negros são recebidos de forma semelhante pelo mercado de trabalho quando possuem as mesmas características, sem que haja discriminação do ponto de vista salarial. Todavia, é preciso cuidado ao analisar esse resultado, pois ele não vai de encontro com a literatura econômica no Brasil que documenta a existência de componente discriminatório nas diferenças salariais por raça (SOARES, 2000; CAMPANTE *et al.*, 2004; FRIO e FONTES, 2018; SILVEIRA e LEÃO, 2020).

De todo o modo, autores como Barros, Franco e Mendonça (2007), Maia *et al.* (2017) e Silveira e Leão (2020) notam uma tendência de redução dos efeitos da discriminação ao

longo dos anos. E trabalhos mais recentes como Bacchi *et al.* (2017) e Maia *et al.* (2018) encontram efeitos pequenos para o componente não explicado da decomposição, mostrando que a maior parte da desigualdade ocorre por fatores explicados. Assim sendo, esse trabalho pode se inserir nessa tendência de encontrar efeitos cada vez menores para a discriminação e considerando o recorte amostral, controlando a mesma IES, parece factível que eles não sejam detectados por este trabalho.

Também é possível especular que haja um impacto da universidade pública no sentido de amenizar os efeitos da cor na inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o resultado em específico pode ser fruto de características da amostra, composta apenas por pessoas tituladas em uma instituição com renome que a UFG possui principalmente em âmbito regional. Nesse sentido, os efeitos da discriminação podem estar sendo minimizados pela credibilidade transmitida pelo diploma que atuaria equalizando pessoas de diferentes grupos raciais. Trabalhos como Rego (2019) e Reis (2020), embora não avaliem especificamente a questão da cor, mostram que o prestígio da instituição de ensino frequentada tem sim impactos no mercado de trabalho. Entretanto, se reforça a necessidade de realização de novos estudos, com mais instituições e preferencialmente com outros grupos de controle, para melhor avaliar esse fenômeno.

Retomando às teorias apresentadas, este trabalho se insere na intercessão das teorias de Igualdade de Oportunidade e Transferências Intergeracionais de renda. Pelo modelo de desigualdade de oportunidades, os resultados obtidos indicam que a desigualdade não é independente da origem social, uma vez que a *dummy* de origem é significativa (VAN DE GAER, SCHOKKAERT e MAARTINEZ, 2001). Pela ótica da transferência intergeracional de renda proposta por Becker e Tomes (1979), a regressão de salário estimada permite debater acerca das partes da riqueza pessoal ligadas ao investimento em capital humano e às dotações herdáveis. Em princípio, os indivíduos avaliados possuem níveis muito parecidos de educação formal e de mesma qualidade, dado que eles frequentaram a mesma IES. Ainda assim, o resultado do modelo evidencia que as pessoas identificadas como mais ricas obtêm maiores retornos para o capital humano.

É provável então que a desigualdade em questão seja fruto da interação da educação com dotações herdáveis. Aqui entram aspectos já mencionados, como posse de capital para investimentos, possibilidade de rejeitar ofertas de trabalho pouco atrativas, empregos em empresas familiares, dentre outros. Existem também benefícios relacionados a redes de

contatos atrelados ao núcleo familiar, que podem se manifestar em indicações de trabalho ou em conselhos e inspirações para trilhar determinado caminho profissional.

Principalmente entre pessoas negras, a última questão supramencionada se insere na discussão atual sobre representatividade (VELHO, 2020), e como a presença de modelos familiares ou com mesma cor de pele em determinadas ocupações acabam por serem motivadoras para que jovens sigam em algumas carreiras. A tudo isso, ainda se somam os investimentos em capital humano não formais, mais acessíveis aos indivíduos de renda superior, como cursos preparatórios e profissionalizantes, escola de idiomas e outras facilidades e serviços que auxiliam na conquista de melhores colocações.

Outro argumento que poderia ser colocado é o da qualidade da educação básica pública, entendida pelo senso comum como mais baixa. Porém, o modelo proposto, apesar de servir-se do tipo de escola para entender rendimentos, não tece uma discussão a esse respeito. Afinal, a amostra utilizada é filtrada pela escolha prévia por uma educação superior, pelo vestibular e pela própria conclusão do curso, em tese, já selecionando indivíduos igualmente engajados e preparados. Uma análise sobre o tema e suas consequências diretas no mercado de trabalho precisaria avaliar como egressos de diferentes redes de ensino se dividem entre ensino superior ou não e para quais cursos e instituições eles são direcionados. Isso partindo de uma métrica de qualidade baseada apenas no desempenho no vestibular, sem considerar outros aspectos sociais da educação.

Em suma, o conjunto de resultados exibidos nesta seção denunciam a importância da origem familiar, aqui representada pelo tipo de escola frequentada no Ensino Médio, na carreira de indivíduos com Ensino Superior. Apesar do recorte amostral com poucos cursos analisados, é possível constatar que esse efeito atua desde o vestibular, induzindo pessoas mais pobres para cursos com menores expectativas salariais, se transporta para o mercado de trabalho limitando a escolha por melhores colocações e, por fim, ajuda a entender as desigualdades raciais no país. Espera-se que tais achados possam auxiliar a criação políticas públicas para reduzir as desigualdades de oportunidades existentes no país. A próxima seção encerra o trabalho ao efetuar algumas considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo ideal, existiria uma base de dados que sumarizasse os rendimentos de pais e filhos ao longo do tempo, de forma que fosse possível traçar a relação exata entre eles. Contudo, tal nível de informações não é encontrado para a realidade brasileira e, por isso, diversos estudos tentam se aproximar desses dados de diferentes formas. A presente dissertação se insere nessa seara ao propor o uso do tipo de escola frequentada ao longo do ensino médio como um indicador das condições socioeconômicas da família.

Dessa forma, são unidas as informações de origens de egressos da UFG com os dados constantes na RAIS para estimar se a dependência administrativa da escola onde foi cursado o ensino médio tem algum peso sobre o salário recebido. Embora não seja totalmente preciso, esse método tem a vantagem de poder ser replicável para todas as universidades públicas federais e para a PNAD-Anual e, assim, ser ampliado e replicado sem grandes custos para a união. A desvantagem reside justamente no fato de se concentrar num recorte muito específico da população e seus resultados podem não refletir apropriadamente grau da persistência intergeracional de renda e desigualdade de oportunidades no país.

Primeiro, são analisados os retornos salariais dos egressos da UFG por meio de uma equação minceriana. O viés de seleção é previamente controlado através da razão inversa de Mills, obtida através de um modelo probabilidade de estar empregado. É visto que ex-alunos de escolas públicas têm maior chance de estarem em um trabalho formal, ao mesmo tempo em que têm menores expectativas salariais. Uma explicação possível é que egressos de famílias mais pobres possuam menor salário de reserva, por isso, acabem aceitando ocupações com piores remunerações. Tais resultados sugerem que, de fato, a origem familiar importa mesmo entre indivíduos com níveis de estudo e formações similares.

Em um segundo momento, é avaliado como se comportam os diferenciais de salariais tipicamente encontrados entre negros e não-negros quando a origem familiar é inclusa na análise. Aqui, através da decomposição de Oaxaca, é constatado que a questão intergeracional é sim um componente das diferenças raciais por rendimento e atua reproduzindo desigualdades historicamente estabelecidas. Assim, apesar de não serem encontrados resultados significativos para o elemento discriminatório amplamente defendido pela literatura, existe a confirmação de um elemento cíclico que mantém a renda de pessoas negras inferiores às demais.

Espera-se que este trabalho contribua para discussão sobre transferência intergeracional de renda e de igualdade de oportunidades e desigualdade racial no país ao

proponer un método ainda não empegado pola literatura pré-existente. Almeja-se também, estimular o desenvolvemento de estudos máis amplos, contando con datos de cursos de todas as grandes áreas e que poidan incluír máis institucións. Desea forma, será posíbel fornecer informacións máis amplas e consistentes para que os formuladores de políticas públicas poidan actuar no sentido de aumentar a mobilidade social no país.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. *et al.* **Do borrowing constraints decrease intergenerational mobility in Brazil?** A test using quantile regression. São Paulo: Insper, 2003. (Working Paper, n. 45).

BACCHI, M. D. *et al.* Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor na Região Sudeste Do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 39, p. 276, 2017.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (Texto Para Discussão, n 1288).

BECKER, G. S.; TOMES, N. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 87, n. 6, p. 1153–1189, 1979.

BECKER, G. S.; TOMES, N. Human capital and the rise and fall of families. **Journal of Labor Economics**, Chicago, v. 4, n. 3, pt. 2, p. S1-S39, 1986.

BESSA, W. *et al.* **Pesquisa comparativa de preços de mensalidade escolar do ano letivo 2020**. Goiânia: PROCON, 2019. 8 p. Disponível em: <https://www.procon.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Relatorio-Mensalidade-Escolar-2020.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. Inequality of opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, Malden, v. 53, n. 4, p. 585–618, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Planalto, 2014.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 185–210, 2004.

CARVAJAL, R. N. Desigualdades salariales: una nueva mirada a su relación con la educación y los antecedentes familiares. **Investigacion & Desarrollo**, v. 2, n.16, p. 18–30, 2016.

CASTELAR, I. *et al.* Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 81–98, 2010.

COGNEAU, D.; GIGNOUX, J. **Earnings inequalities and educational mobility in Brazil over two decades**. Goettingen: IAI, 2005. (Discussion Papers, n. 121).

CONSTANTINO, L. Negros são apenas 33% na escola privada. **Folha de São Paulo**, Brasília, 28 jul. 2006. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18838.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CURI, A. Z.; MENEZES FILHO, N. A. Determinantes dos gastos das famílias com educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 1–39, 2010.

CURI, A. Z.; MENEZES FILHO, N. A. Mensalidade escolar, *background* familiar e os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 223–254, 2013.

DUNN, C. E. The intergenerational transmission of lifetime earnings: evidence from Brazil. **The B. E. Journal of Economic Analysis & Policy**, Birmingham, v. 7, n. 2, 2007. Artigo 2.

EMILIO, D. R.; BELLUZZO, W.; ALVES, D. C. O. Uma análise econométrica dos determinantes do acesso à Universidade de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 275–305, 2004.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 181–211, 2006.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 481–513, 2003.

FRIO, G. S.; FONTES, L. F. C. Wage differentials associated with race between 2002 and 2014 in Brazil: evidence from a quantile decomposition. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 87, p. 568–588, 2018.

GUIMARÃES, J.; SAMPAIO, B. Family background and students' achievement on a university entrance exam in Brazil. **Education Economics**, Londres, v. 21, n. 1, p. 38–59, 2013.

HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, Cleveland, v. 47, n. 1, p. 153–161, 1979.

JACOB, E. E. O. Escolhas escolares dos estudantes do ensino superior: perfis e diferenciação social. **Revista TransVersos**, Maracanã, n. 15, p. 47–63, 2019.

JACOB, E. E. O. **Jovens no 2º ciclo do ensino secundário geral e técnico-profissional na Huíla (Angola): origem social, trajetórias escolares, e expectativas escolares e profissionais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, 2012.

JESUS, J. G. A evolução do diferencial de rendimentos entre negros e brancos nos setores agrícola e não agrícola no Brasil. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1, p. 159–184, 2015.

MAHLMEISTER, R. *et al.* **Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. São Paulo: Insper, 2017. (Policy Paper, n. 26)

MAIA, K. *et al.* Discriminação salarial por gênero e cor no Brasil: uma herança secular. **Espacios**, Caracas, v. 38, n. 31, p. 9–49, 2017.

MAIA, K. *et al.* Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da Região Sul do Brasil. **Revista Estudo e Debate**, Lajeado, v. 25, n. 1, p. 7–31, 29 abr. 2018.

MARIANO, F. Z. *et al.* Diferenciais de rendimentos entre raças e gêneros, nas regiões metropolitanas, por níveis ocupacionais: uma análise através do pareamento de Nopo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 137–173, 2018.

MORALES, J. C.; BLANCO, G. F. Facultad por facultad. Origen familiar y empleo de los licenciados en CCSS y humanidades de la UCM en el año 2003. **Revista Complutense de Educación**, Madrid, v. 27, n. 3, p. 983–1001, 2016.

MOURA, R. *et al.* Desempenho acadêmico em ciências contábeis: turno noturno versus diurno. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, p. 57–70, 2015.

NADÚ, P. H. S. *et al.* Probabilidade de desemprego entre os jovens brasileiros em 2005 e 2015. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 12, p. 77–96, 2015.

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. V. Desigualdade racial e de gênero no Brasil: o trabalho em quadros superiores e de dirigentes. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 179–195, 2019.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, Hoboken, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.

OLIVEIRA, L. B. Percepções e estratégias de inserção no trabalho de universitários de Administração. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 83–95, 2011.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Texto para Discussão, n. 2487)

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, E. F. Z. **Background do Empreendedor: Proposta e Validação de um Modelo**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Instituto de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p.132. 2020.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1–35, 2008.

REIS, M. C. Os ensinos público e privado no Brasil e a incidência de sobre-educação no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão 2558)

REGO, Engels Iury Barbosa Guedes (2019). **O efeito do certificado e reputação da IES na remuneração dos egressos de cursos de especialização**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

RIBEIRO, B. C.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N. **Diferenciais salariais por raça e gênero para formados em escolas públicas ou privadas**. São Paulo: Insper, 2020. (Policy Paper n. 45).

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833–873, 2006.

ROEMER, J. E. **Equality of Opportunity**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ROEMER, J. E. **Theories of Distributive Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SAMPAIO, B. *et al.* Desempenho no vestibular, *background* familiar e evasão: evidências da UFPE. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 287–309, 2011.

SANTOS, A. P.; DIANA, G. M. O perfil racial nos quadros da administração pública no Brasil: um primeiro balanço dos efeitos da reserva de vagas para negros em uma organização de segurança pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 951–982, 2018.

SILVA, I. M. **Empreendedorismo**: A influência dos familiares empresários nas motivações e no potencial empreendedor dos estudantes. Dissertação (Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho) — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 36. 2018.

SILVA, N. V. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 21–44, 1980.

SILVEIRA, L. S.; LEÃO, N. S. O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015). **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca v. 14, p. 41–76, 2020.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 107–126, 2006.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: fatos e possibilidades. *In*: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (ed.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 87–114, 2005.

SOARES, S. S. D. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p. 119–130.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 769).

SOUZA, W. P. S.; OLIVEIRA, V. R.; ANNEGUES, A. C. Background familiar e desempenho escolar: uma abordagem não paramétrica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 133–162, 2018.

SOLON, G. Intergenerational mobility in the labor market. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (ed.). **Handbook of labor economics**, v. 3. Amsterdam: North Holland, 1999. p. 1761–1800.

STAFFUZZA, R. V. **A influência da qualidade da escola pública na dependência intergeracional de salários no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TEJADA, C. A. O. *et al.* Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 1225–1233, 2015.

THEODORO, M. L. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. *In*: THEODORO, M. L. (ed.) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, 2008. p. 15–44.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 311–327, 2014.

VAN DE GAER, D.; SCHOKKAERT, E.; MAARTINEZ, M. Three Meanings of Intergenerational Mobility. **Economica**, Londres, v. 68, n. 272, p. 519–538, 2001.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459–485, 2013.

VELHO, B. M. **Percepções de um contrato racial na trajetória educacional dos negros no Brasil**: Estudo a Partir da Representatividade dos Negros no Município De Concórdia, SC. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa De Pós-Graduação Em Educação,

Universidade Federal Da Fronteira Sul, Chapecó, p. 153. 2020.